

Migração partidária e resultados de política: Evidência para municípios brasileiros

Henrique Augusto Campos Fernandez Hott *

Sergio Naruhiko Sakurai †

Resumo

A migração partidária, embora seja um evento relativamente raro na maioria dos países, trata-se de um fenômeno disseminado no Brasil. O objetivo deste artigo é apresentar empiricamente os efeitos da migração partidária sobre variáveis políticas entre os anos de 2001 e 2012, fazendo uso de um banco de dados com 4974 municípios. Além disso, parte-se de uma abordagem alternativa, uma vez que, diferente da literatura convencional que trata da migração partidária de legisladores, neste artigo a atenção se voltará para o executivo, mais especificamente, para os prefeitos, algo ainda não explorado pela literatura. A mudança partidária do prefeito é interpretada como um efeito de tratamento, em que o grupo tratado é o de municípios cujo prefeito mudou de partido durante a vigência do seu mandato. Para encontramos um município no grupo de controle que possua as mesmas chances de ser tratado aplicamos um Propensity Score Matching (PSM), e então será comparado o impacto da migração sobre os políticos migrantes. Os resultados obtidos via *logit* em painel apontam que os prefeitos pertencentes a partidos coligados a esferas superiores de poder tem menor probabilidade de mudarem de partido, uma vez que estes teriam melhores condições de auxiliarem os prefeitos em sua tentativa de reeleição. Além disso, foi concluído que os prefeitos migrantes possuem maior chance de tentarem se reeleger na eleição seguinte, mas com efeitos adversos sobre a probabilidade de reeleição. Desse modo, o trabalho avança na literatura ao apresentar que impacto negativo sobre as chances de reeleição comprometem a mudança de partido como uma ferramenta útil para políticos que buscam maximizar suas chances de sucesso político.

Palavras-chave: migração partidária, sistema partidário, tamanho do governo, governos locais

Abstract

Although party switching is a relatively rare event in most countries, it is a widespread phenomenon in Brazil. This paper aims to present empirically the effects of party switching on political variables between the years 2001 and 2012, using a database with 4974 municipalities. Moreover, it is based on an alternative approach, since the conventional literature deal with party switching of legislators, this paper will focus on the executive, more specifically, on mayors, something not yet explored in the literature. The mayor's party switching is interpreted as a treatment effect, in which the treated group is that of municipalities whose mayor changed party during the term of his mandate. To find a municipality in the control group that has the same chances of being treated, we apply Propensity Score Matching (PSM), and then the impact of the switching on the migrant politicians will be compared. The results obtained by *logit* with panel data show that mayors belonging to parties affiliated with higher spheres of power are less likely to change parties, since they would be better able to assist the mayors in their re-election attempt. Moreover, it was concluded that migrant mayors are more likely to attempt reelection in the next election, but with adverse affects on the probability of re-election. Thus, the work progresses in the literature by presenting that negative impact on reelection chances compromise party switching as a useful tool for politicians seeking to maximize their chances of political success.

Key words: party switching, party system, government size, local governments

Área 5 - Economia do Setor Público

Classificação JEL - C25, D72, H79

*Escola de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo - Brasil (FEARP-USP).
E-mail: hhott@usp.br

†Escola de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo - Brasil (FEARP-USP).
E-mail: sakurai@usp.br

1 Introdução

A migração partidária, embora seja um evento relativamente raro na maioria dos países, trata-se de um fenômeno disseminado no Brasil (DESPOSATO, 2006). O traço mais peculiar da política brasileira é a frequência com que os políticos mudam de partidos, chegando a cerca de um terço dos membros da Câmara dos Deputados (FREITAS, 2012). Como Souza et al. (2015) aponta, há uma curva declinante da proporção de deputados que fazem carreira em uma única legenda.

Nesse contexto, Souza et al. (2015) aponta que entre 1970 e 2009 um total de 55 iniciativas parlamentares foram apresentadas tendo como fim a redução da migração partidária. Em 30 de outubro de 2007 o TSE editou a resolução nº 22.610, que trata da perda de cargo eletivo para o político de que se desfiliou de um partido sem justa causa (BRASIL, 2007). Na primeira legislatura (2007-2010) após a resolução, como esperado, há uma redução na migração partidária. Contudo, a partir de 2011 observa-se novo aumento no fluxo migratório, atingindo até 2014 a marca de 230 migrações, em que 103 dessas mudanças se deve a criação de novos partidos – principalmente PSD e SD¹. Segundo Souza et al. (2015), as 127 mudanças restantes podem ser em parte explicadas pela demora considerável que leva até que o político perca seu mandato, podendo exceder até mesmo o tempo deste mandato, fazendo com que a ação perca sentido. Nesse contexto, Damin (2015) destaca a ineficiência da resolução em coibir a migração, uma que na onda de migrações ocorridas em 2013 nenhum deputado foi punido.

Tal aspecto da política brasileira tem atraído o olhar de pesquisadores, como nos trabalhos de Mainwaring (1991), Júnior (1993), Nicolau (1996), Schmitt (1999), Diniz (2000), Melo (2000), Santos (2000), Melo (2003), Desposato (2006), Roma (2007), Freitas (2008), Desposato (2009), Freitas (2012), Souza et al. (2015) e Fernandes e Faganello (2016). Boa parte da literatura vem sendo dedicada à explicação do porquê haver tanta mudança partidária no Brasil. Uma primeira geração de autores, como Mainwaring (1991) e Júnior (1993) ressaltam o papel da permissiva legislação eleitoral sobre a migração partidária. Melo (2003) e Desposato (2006) ressaltam o comportamento maximizador de políticos no momento da decisão sobre mudar de partido. Dentro dessa racionalidade, os políticos tendem a se dirigir a partidos que lhes forneçam maiores chances de reeleição, o que ocorre ao partirem para partidos governistas e populares. Já Freitas (2008) apresenta um enfoque alternativo para a literatura, ao perceber que a mudança partidária é uma via de mão dupla: se por um lado o político muda de partido com fins maximizadores, os partidos também agem racionalmente ao cooptarem os políticos. Mais especificamente, eles agem tendo em vista aumentar o número de cadeiras no parlamento, seu tempo de propaganda eleitoral bem como ganhar apoio em regiões onde o partido não vem obtendo sucesso.

Já outros trabalhos como o de Schmitt (1999) tentam avaliar os efeitos dessas mudanças sobre as chances de reeleição de parlamentares. Entretanto, a literatura do tema carece de uma análise empírica dos efeitos políticos da migração sobre os políticos migrantes. Além disso, a literatura tem tratado apenas da migração partidária no campo legislativo, não se atentando para os efeitos da migração no executivo, mais especificamente, para prefeitos. Desse modo, este artigo pretende contribuir para a literatura do tema ao estudar a migração partidária entre prefeitos, bem como discutir a eficácia da migração como estratégia para políticos que busquem maximizar suas chances de sucesso político, algo ainda não explorado pela literatura.

Tendo em vista a alta rotatividade de políticos brasileiros entre as legendas partidárias, o primeiro objetivo deste trabalho é analisar empiricamente os determinantes da migração partidária, tendo como base as variáveis básicas exploradas pela literatura do tema. Além disso, buscar-se-á analisar empiricamente os efeitos dessa migração sobre variáveis políticas. A estratégia é comparar municípios e prefeitos similares, e então captar o efeito da mudança partidária. Caso sejam encontrados resultados que sugiram tais efeitos, o estudo pretende levantar e discutir hipóteses que os expliquem. Este artigo cobre os anos de 2001 a 2012, o que engloba três eleições municipais: 2000, 2004 e 2008. O banco de dados utilizado cobre 4974 municípios, não sendo incluídos na análise aqueles que faltaram com informações necessárias ao de-

¹ É considerada justa causa para a desfiliação partidária a mudança para um novo partido, abrindo uma brecha para se desfiliar de um partido.

envolvimento do trabalho. A análise da mudança partidária do prefeito durante o seu mandato pode ser interpretada como o efeito de um tratamento, em que o grupo tratado é composto por municípios cujo prefeito mudou de partido durante a vigência do seu mandato. As motivações que levam um político a mudar de partido durante seu mandato possuem um caráter endógeno, isto é, a decisão entre se manter no partido atual ou migrar para outro é definida pelo próprio candidato não sendo, portanto, aleatória. Assim sendo, é necessário controlar o possível efeito decorrente do viés de auto-seleção amostral, o que leva a aplicação de um *Propensity Score Matching* (PSM) por meio do qual, para cada município tratado, é encontrado um município no grupo de controle que possua as mesmas chances de ser tratado, diferindo-os somente pelo fato de um passar pelo tratamento e o outro não. Para encontrar esses pares de municípios, no primeiro estágio será necessário encontrar os determinantes da migração, para então pareamos aqueles mais próximos. Para calcular a influência de algumas covariáveis sobre a probabilidade de um político migrar de partido, far-se-á uso dos modelos de escolha binária em painel. Uma vez pareados os municípios, no segundo estágio será verificado o impacto que a mudança de partido tem sobre as chances do político tentar a reeleição na eleição seguinte, o que será denominado reapresentação, e sobre as chances do político conseguir efetivamente se reeleger. Neste segundo estágio será novamente utilizado um modelo de escolha binária em painel mas, ao contrário do primeiro estágio, agora a migração deixa de ser a variável a ser explicada para tornar-se a explicativa.

Os resultados encontrados indicam que os políticos migram nos anos que seguem as eleições estaduais/federais e antecedem as eleições municipais, sendo portanto um reflexo do rearranjo das forças políticas no âmbito federal e estadual, tendo como objetivo um melhor posicionamento para as próximas eleições municipais. Em conformidade com a revisão de literatura, a presença do prefeito a uma coligação em uma esfera superior de poder impacta significativa e negativamente a probabilidade do prefeito mudar de partido, sendo maior o efeito marginal da coligação do presidente. Quanto aos efeitos sobre o migrante, os resultados apontam que a migração tem impacto positivo sobre a chance de o político conseguir se reapresentar na eleição seguinte, mas possui um impacto negativo sobre as chances de reeleição. Tal impacto sobre a chance de reeleição compromete a eficácia da migração como uma ferramenta útil na busca dos políticos maximizarem suas chances de sucesso político.

A continuação deste artigo está dividida em mais quatro partes, além desta introdução. Na seção 2 é apresentada uma breve revisão da literatura nacional e internacional sobre migração partidária, apresentando a evolução e a inserção desses artigos no presente trabalho. A seção 3 apresenta a estratégia empírica e a descrição dos dados apresentados na pesquisa, enquanto que na seção 4 serão apresentados os resultados das estimativas. Por fim, na seção 5 são apresentadas as conclusões finais do trabalho.

2 Revisão Bibliográfica

A existência de partidos políticos é fundamental para a consolidação de governos democráticos estáveis. Os partidos cumprem a função de agregar preferências sociais, o que reduz o custo informacional de eleitores, bem como organizam legislaturas (HELLER; MERSHON, 2005). Conforme Desposato (2006), assim como são importantes para a democracia, os partidos também servem aos políticos, uma vez que fornecem militância, suporte financeiro em períodos eleitorais, como uma marca a qual podem se apoiar. Além disso, as principais motivações para a filiação a um determinado partido são o acesso a recursos², oportunidades eleitorais e afinidade ideológica, sendo que o peso dado a esses fatores varia de acordo com as características do eleitorado (DESPOSATO, 2006). Para o caso brasileiro, soma-se a existência do voto proporcional, em que para cargos no legislativo o número de cadeiras é proporcional ao número de votos que o partido obtém. Assim sendo, um candidato popular que atraia muito votos acaba elegendo outros candidatos do seu partido, dando uma importância a mais para essa escolha³.

² O acesso a recursos públicos é maximizado quando o político participa da coalização do governo sendo que, no caso dos legisladores, isso implica em votar de acordo com o governo. Desse modo, o partido do governo tende a ter mais força para atrair novos membros - apesar de haver um ponto de saturação, visto que tais recursos são bens rivais (DESPOSATO, 2006).

³ Há um incentivo para que os legisladores marginais migrem para partidos com um candidato muito popular, tendo em vista

Uma vez filiado a um partido, é possível que o político migre para outro. Schmitt (1999) define a migração como “qualquer ocorrência em que o detentor de um mandato eletivo abandona o partido pelo qual se elegeu para se filiar a um outro partido” (SCHMITT, 1999, p. 128). Freitas (2012) aponta para o caráter endêmico da mudança partidária no Brasil, que chega a afetar um terço dos deputados ao longo de seu mandato⁴. Como aponta Desposato (2006), a mudança partidária não é bem vista pela população e por especialistas. Isso, pois, muitos eleitores votam em um candidato tendo em vista seu partido, fazendo com que essa mudança seja vista como uma traição da confiança depositada no candidato, bem como reduz o grau de representatividade do regime democrático brasileiro (MACIEL, 2004).

A literatura nacional sobre migração partidária pode ser dividida temporal e conceitualmente em três momentos. Num primeiro momento, entre 1979-1994 com os textos de Mainwaring (1991) e Júnior (1993), a literatura enfatizava os fatores institucionais, isto é, a permissividade legal, como a principal responsável pela baixa fidelidade dos políticos no Congresso Nacional. Júnior (1993) destaca que a mudança no perfil partidário da Câmara ao longo da década de 80 não se deveu a uma resposta dos eleitores nas urnas, embora eles tivessem sua participação nesse processo, mas, sobretudo, a criação de novos partidos e a migração partidária⁵. Em síntese, o argumento dessa primeira corrente é de que o alto ritmo de migração partidária é reflexo da legislação permissiva, que confere um alto grau de autonomia para os políticos. Tal legislação está assentada em resquícios históricos de clientelismo, em que os políticos, não querendo perder sua liberdade de ação, criaram uma situação que os permitissem agir de acordo com seus interesses e do seu eleitorado. Essa é uma análise mais “macro” do problema, enfatizando o que há em comum entre os políticos de diversas linhas ideológicas e regionais: a legislação eleitoral.

Entretanto, o argumento de que o alto grau de migração se deveria a liberalidade da legislação eleitoral foi criticado por Nicolau (1996), uma vez que os políticos poderiam simplesmente optar por não migrar. Este mostra que de 1946-64, até então a mais recente experiência democrática brasileira, a legislação partidária era semelhante a vigente pós-constituição de 1988, não obstante o ritmo de migrações fosse menor. Outra crítica vem de Araújo (2000), que argumenta, embora a legislação seja a mesma para todos, o ritmo migratório varia consideravelmente entre os políticos e entre os estados.

Em uma segunda geração de autores, de 1995-2008, a ênfase será maior sobre as motivações individuais que fazem com que o parlamentar migre de partido, com alguns poucos trabalhos enfatizando os efeitos desse fenômeno. Autores, como Nicolau (1996), Schmitt (1999), Araújo (2000), Diniz (2000), Melo (2003), Melo (2004) e Desposato (2006) veem a migração como uma estratégia dos parlamentares, tendo em vista maximizarem seu espaço político. A legislação permissiva confere baixos custos ao processo migratório, mas é necessário explicar os benefícios dessa prática para captar os fatores que influenciam a decisão do político em migrar.

Diniz (2000) encontra fortes evidências de que as migrações concentraram-se em torno de duas datas-limite: o prazo para filiação partidária e o prazo para contagem de representação na Câmara dos Deputados⁶. Desse modo, ficaria evidenciado o comportamento maximizador do político: ele migra próximo ao prazo de filiação tendo em vista um partido que maximize suas chances de sucesso político, e migra próximo ao momento de divisão do tempo de propaganda visando maximizar a sua exposição. Entretanto, faltou ao autor ser mais preciso ao explicar o que seria maximizar sua chance de sucesso político, o que foi melhor abordado por Melo (2003), Melo (2004) e Desposato (2006). Melo (2003) destaca que, buscando garantir sua sobrevivência política diante de um cenário de incerteza, os dados relativos aos parlamentares brasilei-

se elegerem pela cota do partido. Além disso, os partidos tem interesse em atrair esses candidatos populares, visto que eles conseguem para o partido não apenas uma cadeira no parlamento, mas também a de outros partidários que entrem pela cota

⁴ Em 2007 o TSE editou a resolução 22.610, que estabelece a perda de cargo eletivo em caso de desfiliação partidária sem justa causa. Freitas (2012) argumenta que nem mesmo o risco de perda de mandato foi capaz de impedir as trocas de legenda.

⁵ Analisando as migrações ano a ano, Melo (2003) conclui que a maior parte das migrações ocorridas nos anos 80 se devem a fatores conjunturais, uma vez que parte considerável delas ocorrem diante de cisões partidárias como a sofrida pelos dois maiores partidos: PMDB e PDS.

⁶ Pela lei 9.504 de 1997, um ano antes da eleição é o prazo limite para deferimento das novas filiações, e a data inicial da legislatura será o momento da contagem da representação na Câmara dos Deputados. Essa contagem é que determinará o tempo de propaganda dos partidos no pleito seguinte.

ros entre 1985-2001 permitem constatar que as migrações são predominantemente governistas, sobretudo quando o governo tem alta popularidade e é de coalizão. Já Desposato (2006) constrói um modelo teórico no qual a adesão dos políticos a um partido é função da interação estratégica entre partidos e políticos, e conclui que os políticos se dirigem para partidos que: (i) facilitem sua eleição via cota eleitoral; (ii) lhes forneça mais recursos, escolhendo partidos alinhados com o governo estadual e federal; (iii) tenha afinidade ideológica. Freitas (2008) aponta que o fenômeno não pode ser compreendido de forma plena se não levarmos em conta a atuação dos partidos. Como visto em Diniz (2000), as migrações se concentram em momentos decisivos para os políticos, mas como notou Freitas (2008), esses momentos são decisivos não apenas para os políticos, mas também para os partidos. Estes ganham a cada membro que entra no partido, uma vez que o tamanho da bancada é determinante para obter maior tempo de horário eleitoral, acesso a recursos, a cargos na Mesa Diretora e em comissões parlamentares, facilita a eleição de outros membros via quociente eleitoral, além de fortalecer os partidos na Câmara, permitindo a aprovação de suas pautas.

Por fim, após 2008 a literatura tem a preocupação de avaliar o efeito das recentes mudanças na legislação sobre a migração partidária. A resolução nº 22.610 do TSE, de 30 de outubro de 2007, que pelo seu art. 1 estabelece que o partido político pode pedir, junto a Justiça Eleitoral, a cassação do mandato em caso de desfiliação sem justa causa. No § 1º foi considerado justa causa a incorporação ou fusão do partido, criação de novo partido, mudança substancial ou desvio reiterado do programa partidário e grave discriminação pessoal (BRASIL, 2007). Souza et al. (2015) confronta o padrão das migrações, em termos de intensidade e sazonalidade, antes e após a mudança na legislação, e conclui que num primeiro momento a legislação coibiu a migração, mas que após 2011 com a criação do PSD, SD e PROS as brechas na legislação foi fazendo com que as medidas anti-migração não surtiram mais o efeito esperado.

Quanto a literatura internacional, Mershon (2014) a particiona entre os seguintes tópicos: (i) porque um político migra; (ii) como a migração afeta o político; (iii) como líderes de partido recrutam parlamentares; (iv) que condições afetam a migração; e (v) como a migração afeta o sistema eleitoral. Boa parte dessa literatura segue Strøm (1990) e Müller e Strøm (1999), teóricos da escolha racional que desenvolveram um conjunto de motivações para explicar o comportamento competitivo dos partidos. Em síntese, as migrações seriam motivadas pelo *vote-seeking*, *office-seeking* ou *policy seeking*.

Fazendo uma ligação entre o porquê de um político migrar com os efeitos dessa ação sobre o migrante, Kerevel (2017) trás uma novidade a literatura ao abordar os benefícios de migrar utilizando as chances do político participar de uma candidatura. Ao realizar um trabalho empírico para deputados federais mexicanos entre 1997-2009, o autor obtém que os parlamentares que migram tem menor chance de conseguirem vencer uma eleição, resultado este também encontrado por Grose e Yoshinaka (2003) para o congresso americano no período de 1947-2000⁷. Desse modo, surge um aparente *paradoxo da migração partidária*: por que, embora os migrantes tenham menor chance de vencer uma eleição, eles incorrem nessa prática? Kerevel (2017) responde a esse *puzzle* sugerindo que, antes de concorrer a uma eleição, os políticos devem conseguir uma candidatura, e a migração é uma das formas de aumentar a chance de consegui-la. Portanto, quando o político percebe que suas chances de conseguir uma candidatura no atual partido são baixas, ele migra para outro partido, isto é, nesses casos o custo de não migrar são ainda maiores que os de migrar. Esse movimento pode explicar boa parte das migrações que ocorrem em períodos pré-eleitorais. Yoshinaka (2005) faz uma análise do benefício de migrar, ao mesmo tempo em que introduz o papel dos líderes de partido para a literatura. O autor mostra que, para o período de 1975-2002, os líderes de partido nos Estados Unidos recrutaram parlamentares recompensando-os com cargos, induzindo os parlamentares a migrarem para seus partidos motivados pelo *office-seeking*.

Outra temática abordada pela literatura são as condições externas que afetam a migração de parlamentares, como King e Benjamin (1986), que ao longo da história americana observam um pico de migrações partidárias em momentos conturbados, como a Guerra Civil, ou a crise econômica que se arrastou ao longo da década de 1930. Estudando a decisão de migrar de legisladores equatorianos entre 1979-2002, Acosta

⁷ Grose e Yoshinaka (2003) apontam que a migração não vem sem custos, uma vez que o migrante pode alienar correligionários do passado, tanto eleitores como também partidários que os apoiaram em eleições primárias e gerais, o que pode não compensar os ganhos em termos de apoio no novo partido.

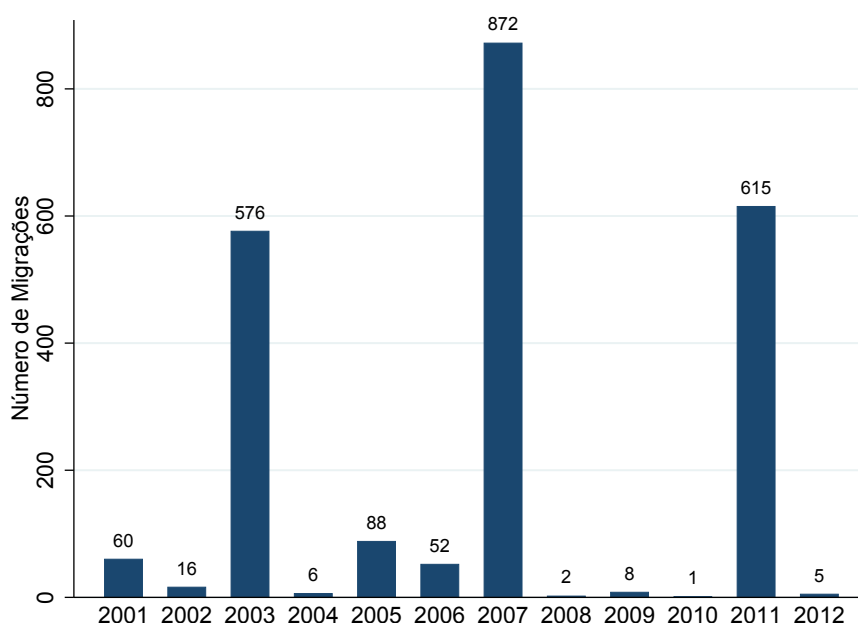
(2004) encontra que o tamanho do distrito impacta negativamente o ritmo de migração dos seus parlamentares. Zielinski, Slomeczynski e Shabad (2005) abordam a migração como um instrumento dos políticos para fugirem da punição do eleitorado diante de más políticas. Um fator externo que pode afetar o ritmo de migração são os diferentes estágios do ciclo parlamentar, o que foi abordado por Mershon e Shvetsova (2008). Por fim, um caminho ainda pouco explorado é o efeito da migração sobre o sistema partidário-eleitoral. Um exemplo dessa abordagem é Kato e Yamamoto (2005), que demonstram como a composição do parlamento japonês era transformada entre as eleições por meio da migração de parlamentares.

3 Descrição dos dados

Nessa seção será apresentada uma descrição das variáveis a serem utilizadas na análise subsequente. Este estudo cobre os anos entre 2001 a 2012, o que engloba três eleições municipais: 2000, 2004 e 2008. O número de municípios brasileiros considerados são 4974, ficando de fora aqueles que faltaram com informações necessárias para o desenvolvimento do trabalho. Os dados eleitorais estão disponíveis no Repositório de Dados Eleitorais⁸, que compila dados do eleitorado, dos candidatos e dos resultados da eleição em si.

A Figura 1 apresenta a evolução das migrações dos prefeitos ao longo dos anos, expondo o número de municípios que passaram por ao menos uma migração ao longo de cada mandato. É possível notar um padrão bem definido entre o número de migrações e o calendário eleitoral: tal como argumentado por Diniz (2000), o número de mudanças de partido se concentra no terceiro ano de mandato, uma vez que um ano antes da eleição finda o prazo de filiação partidária para aqueles que desejam concorrer na referida eleição⁹. Ou seja, aqueles que desejam concorrer ao cargo de prefeito em 2004 devem apresentar o partido pelo qual desejam concorrer já em 2003, de modo que neste ano o prefeito escolha aquele partido que lhe trará as melhores chances de obter sucesso político. Conforme a Figura 1, em torno de 90% das 2301 migrações estão concentradas no terceiro ano de mandato do prefeito. Para captar esse efeito serão incluídas *dummies* de ano nos modelos a serem desenvolvidos.

Figura 1 – Número de migrações por ano



⁸ Disponível em: <http://www.tse.jus.br/hotSites/pesquisas-eleitorais/index.html>. Acesso em: 13 junho de 2017.

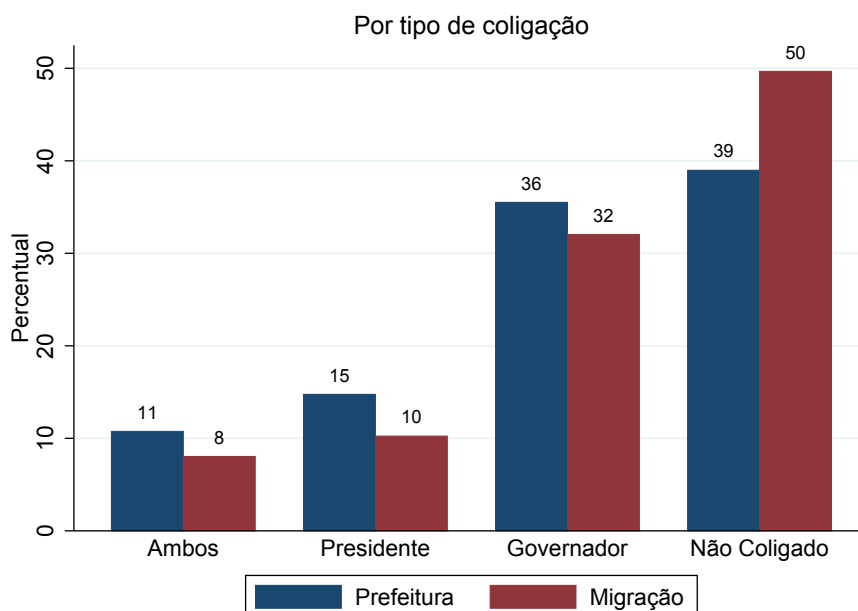
⁹ Cabe notar que a partir das eleições municipais de 2016 o prazo mínimo para concorrer às eleições diminuiu de um ano para seis meses, bem como estabeleceu a possibilidade de troca de partido sem perda de mandato nos trinta dias que antecedem o prazo de filiação.

Além de não se distribuir de modo uniforme ao longo do tempo, a migração também não é uniforme no espaço. Em alguns estados o ritmo de migração se mantém elevado em todas as eleições, notadamente Amazonas, Bahia, Mato Grosso e Rio de Janeiro. Este se destaca pela elevada parcela de municípios que passaram por ao menos um caso de migração ao longo desses doze anos: 77,78%. Por outro lado, os estados de Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo são os que menos sofrem com a migração, sendo que no Rio Grande do Sul apenas 4,38% dos municípios passaram por uma mudança partidária do prefeito.

Segundo Melo (2003) e Desposato (2006), a busca por acesso a recursos motiva os parlamentares a migrarem para partidos pertencentes a base governista. Expandindo esse raciocínio para os prefeitos, espera-se que aqueles pertencentes a base do governo, seja federal, estadual ou de ambos, estejam menos suscetíveis a mudarem de partido. A Figura 2 apresenta a participação no total de prefeituras e de migrações para cada tipo de prefeito. Por exemplo, em torno de 39% dos prefeitos não estão coligados nem com o governo federal e nem com o governo estadual. Além disso, 50% dos prefeitos migrantes não pertencem a nenhuma coligação.

É interessante notar que, caso o prefeito seja pertencente a um partido coligado ao governador e/ou ao presidente, a parcela no total de prefeituras é proporcionalmente maior do que a parcela desses prefeitos sob o total de migrantes. Em termos numéricos, cerca de 61% das prefeituras pertencem a prefeitos coligados a uma esfera superior de poder, embora estes prefeitos correspondam por apenas 50% dos migrantes, sugerindo a validade das hipóteses sugeridas por Melo (2003), Desposato (2006) e Young (2014) também para o caso dos prefeitos: políticos coligados ao presidente e/ou ao governador tem menor probabilidade de mudarem de partido. Desse modo, a migração de prefeitos que ocorre no período pré-eleitoral (diríamos em t) é um reflexo do rearranjo das forças políticas no âmbito federal e estadual estabelecido nas eleições estaduais/federais precedentes (em $t-1$), tendo como objetivo um melhor posicionamento para as próximas eleições municipais (em $t+1$). Por esses motivos, o ápice das migrações tende a concentrar-se no ano entre as eleições.

Figura 2 – Participação no total de prefeituras e de migração

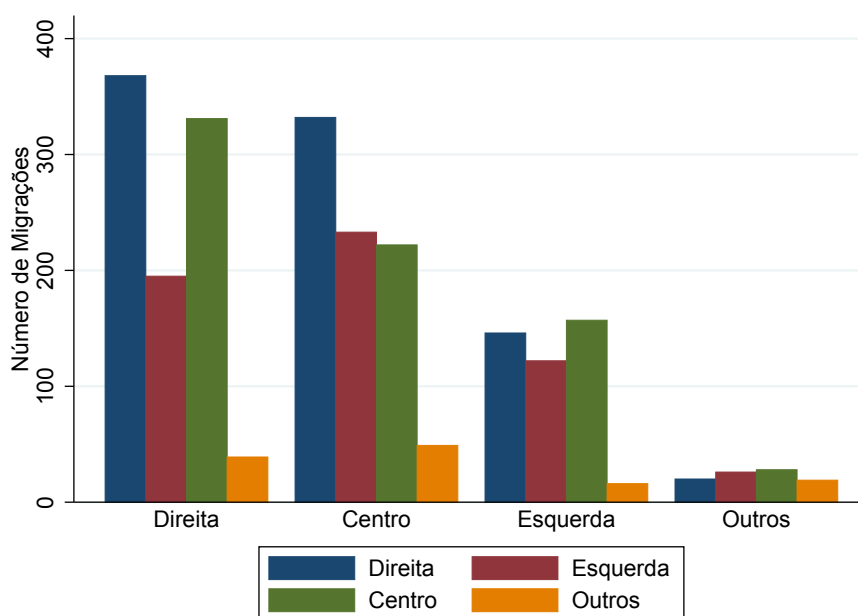


Um caso ilustrativo dessa migração que se direciona para partidos da base é o da Bahia. Em 2002 fora eleito Paulo Souto, do PFL. No ano seguinte, a Bahia foi o estado com o maior número de migrações de partido relacionadas a prefeitos, 90, sendo que 80% delas (ou 72 migrações) direcionavam-se a um partido da base governista, com 52 migrações rumo ao partido do governador, o PFL. Já em 2007, com a eleição do petista Jaques Wagner, novamente a migração se dirige para a base governista, em torno de 70% das

migrações (ou 93 prefeitos). O partido mais afetado pelas migrações é o até então governista PFL, que perde 59 prefeituras apenas via migração. Ao analisarmos o destino desses prefeitos, é possível notar que o destino deles não foi o PT, mas em grande parte o PMDB. Mas o que explicaria esse movimento para a base, mas não para o partido do governador?

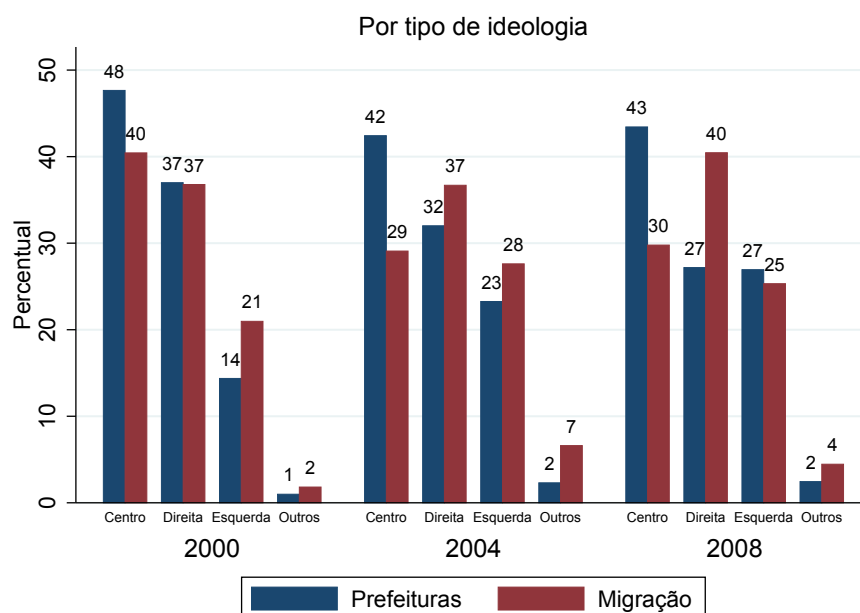
Como apontado por Melo (2004), políticos provenientes de partidos mais à direita, tal como o PFL, tem um padrão de migração mais coerente, não se direcionando a partidos de esquerda, como o PT. A Figura 3 apresenta para onde se destinam as migrações entre as ideologias. A classificação dos partidos entre as ideologias segue a adotada por Martins (2002). Segundo o autor, na esquerda se posicionam os partidos PT, PDT, PSB, PC do B, PPS, PMN e PV. Na direita são alocados os partidos DEM/PFL, PP/PPB, PR/PL, PSD, PSC, Prona e PSL. No centro estão PMDB, PSDB e PTB. Os partidos que não encontram uma classificação ideológica foram alocados em outros partidos, sendo eles PRP, PRB, PTN, PHS, PSDC, PT do B, PRTB, PTC e PAN. É possível notar que a direita é a mais afetada pelas migrações, muito embora ela seja a mais coerente, tal como apontado por Melo (2004). Outro ponto que chama a atenção é a baixa atratividade de partidos de esquerda, atraindo menos migrantes que a direita até mesmo dentro da própria esquerda.

Figura 3 – Ideologias e Migrações



Nos moldes do que foi visto na Figura 2, a Figura 4 apresenta a participação no total de prefeituras e de migrações para cada tipo de ideologia. É possível notar que os prefeitos de centro migram em proporção menor do que sua parcela de prefeituras, indicando que a presença em um partido de centro reduza a chance de o prefeito migrar.

Figura 4 – Participação no total de prefeituras e de migração



Nota-se uma redução na relação migração-prefeituras para a esquerda ao longo das eleições, bem como o aumento da mesma para os partidos de direita, o que pode estar associado ao aumento, ou redução, da presença de tais partidos nas coligações de governos e presidentes, tal como apresentado na Tabela 1. Entretanto, a menor relação migração-prefeituras para o centro parece não ser explicado por esse fator.

Tabela 1 – Participação nas coligações por ideologia

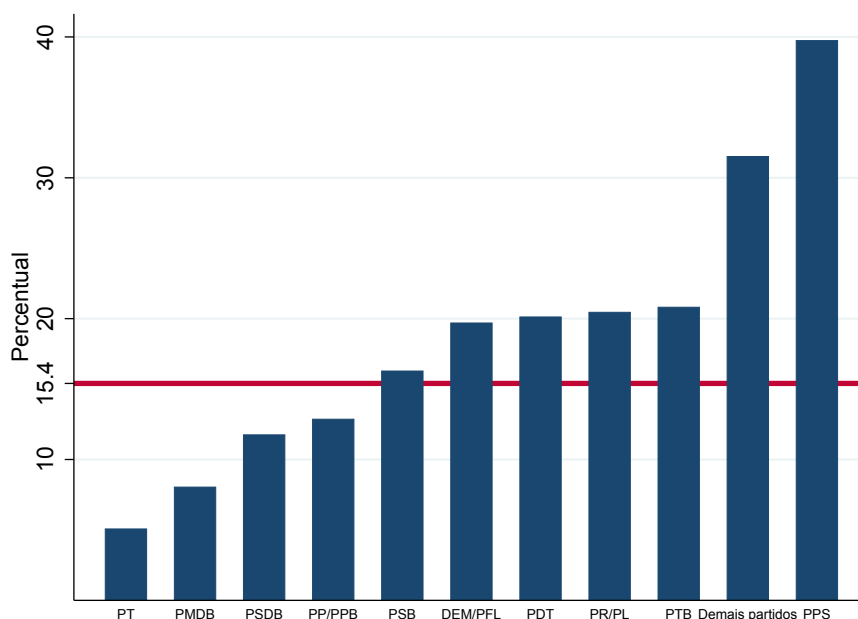
Coligação/Ideologia	Eleição 2000				Eleição 2004				Eleição 2008			
	D	E	C	O	D	E	C	O	D	E	C	O
Estadual	55,2	21,4	47,5	39,8	46,9	22,3	51,2	13,5	51,7	42,7	54,4	35,7
Federal	48,5	12,4	26,3	0	11,4	33,9	0	0	14,8	62,1	25,1	48,4

Nota: A ideologia dos partidos foi classificada em direita (D), esquerda (E), centro (C) e outros (O).

Fonte: Própria elaboração.

Para entender melhor o que se passa com os partidos de centro, será necessário desagregar um pouco mais a análise e direcionar o foco para os partidos. Na Figura 5 é apresentada a proporção de prefeitos que migram em cada um dos dez maiores partidos, sendo que os demais partidos foram agregados sob a alcunha de “demais partidos”. A linha horizontal vermelha marca a média de prefeitos que migram entre os partidos, equivalente a taxa de 15,4%. Destaca-se que dois dos três partidos considerados de centro migram a uma taxa abaixo da média: PMDB com 8,04% de migrantes e PSDB com 11,75%. Tais partidos também são os dois com o maior número de prefeituras ao longo do período analisado: 21,03% e 16,08%, respectivamente. Desse modo, a menor taxa de migração de centro pode estar associada ao fato de que nesse campo ideológico concentram-se os maiores partidos e, conforme Castle e Fett (2000), Heller e Mershon (2005), McLaughlin (2012) e McKee e Yoshinaka (2015), os maiores partidos sofrem menos com a migração de seus quadros.

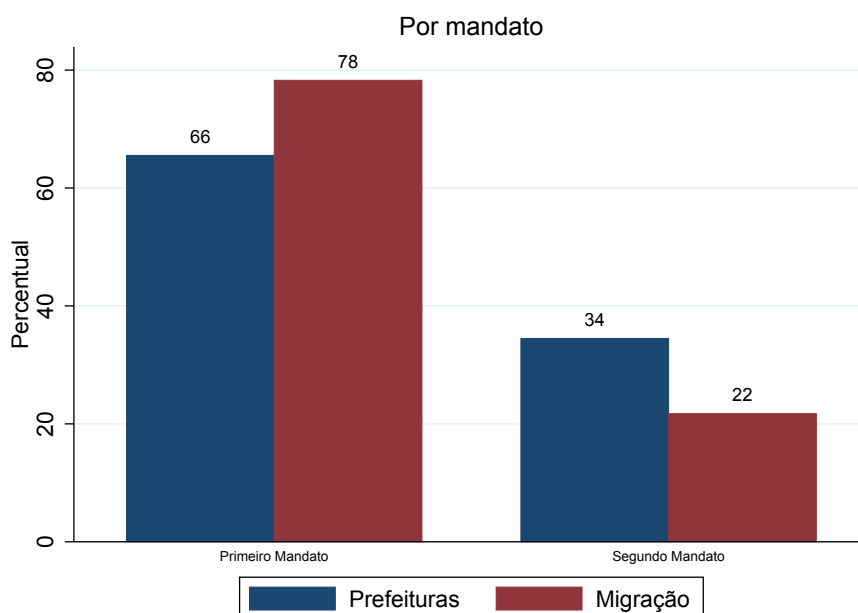
Figura 5 – Migrações por partido



Mesmo dentro de um mesmo partido, há diferenças entre o ritmo de migração dos prefeitos. Tais diferenças podem estar associadas a características individuais de cada político, tais como seu gênero, escolaridade ou idade. Desse modo, tais variáveis sócio-demográficas também serão utilizadas para controle. Os dados apontam haver um alinhamento entre a proporção de prefeitos de migrantes por gênero, indicando não haver correlação entre gênero e taxa de migração. No que tange a escolaridade, parece haver uma relação inversa entre escolaridade e migração, uma vez que os prefeitos com o maior nível educacional tendem a representar proporcionalmente mais prefeituras do que migrantes. Por sua vez, a idade dos prefeitos está negativamente correlacionada com a chance de o prefeito migrar, o que está em linha com o trabalho de Reed e Scheiner (2003), segundo o qual políticos jovens são mais ambiciosos que os mais velhos e, devido a sua preocupação demasiada com as próximas eleições, eles seriam mais propensos a migrar.

Por fim, vejamos qual o efeito que o mandato do prefeito tem sobre sua decisão de migrar ou não de partido. Na Figura 6 podemos perceber que a participação dos prefeitos em primeiro mandato sobre a parcela de migrantes é doze pontos percentuais maior do que sobre a de prefeituras, indicando haver uma correlação positiva entre o primeiro mandato e a chance de prefeito mudar de partido.

Figura 6 – Participação no total de prefeituras e de migração



Uma hipótese é que os prefeitos em primeiro mandato migram mais pois estão visando a eleição municipal seguinte, incentivo esse que não ocorre para os prefeitos já em segundo mandato, visto que a legislação impossibilita um terceiro mandato na sequência. Se tal hipótese estiver correta, os prefeitos em primeiro mandato devem dominar as migrações nos anos que antecedem as eleições, uma vez que estas tem um fim mais ligado a eleição futura. Tal fase do ciclo político foi denominado por Mershon e Shvetsova (2008) como estágio eleitoral, momento em que o foco das migrações é a reeleição. Os dados coletados apontam que 80% das migrações que ocorrem nos anos pré-eleitorais (2003, 2007 e 2011) são de prefeitos em primeiro mandato, o que corrobora a hipótese aventada.

Por fim, serão utilizados dados demográficos dos municípios brasileiros, que servirão tanto como variáveis para realização do pareamento via *propensity score matching* como variáveis de controle para a estimação do efeito da migração sobre o migrante. Este conjunto de variáveis contemplará a população municipal, a taxa de urbanização e a proporção de idosos e de jovens da população municipal. Tais dados tiveram como fonte o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) ¹⁰.

4 Resultados

4.1 Primeiro Estágio: Determinantes da Migração Partidária

Fazendo uso dos modelos de escolha binária, poderemos verificar se entre os anos de 2001-2012 a migração partidária exerceu impacto sobre os migrantes. O grupo de tratamento será composto pelos municípios cujo prefeito se encontra em um partido diferente daquele pelo qual ele foi eleito em algum dos anos em questão, sendo levado em conta na análise apenas o caso em que o prefeito mudou uma única vez de partido ao longo do mandato. Desse modo, o trabalho conta com a complicação dos municípios iniciarem seu tratamento em diferentes anos, isto é, a migração partidária pode ocorrer em qualquer um dos anos entre 2001 e 2012. O grupo de controle será escolhido por meio da aplicação da técnica de *propensity score matching*.

Para o cálculo do *propensity score* foram escolhidas variáveis com base na literatura que busca explicar a migração partidária, tal como apresentada na revisão bibliográfica e descritas na seção precedente.

¹⁰ Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/protabl.asp?c=200&z=cd&o=13&i=P>. Acesso em: 13 junho de 2017.

Utilizando essas variáveis podemos calcular a probabilidade de um município ser tratado, isto é, dado o vetor de características observáveis estima-se a probabilidade do prefeito do município migrar de partido durante seu mandato. Serão estimados modelos *logit* e *logit* em painel por máxima verossimilhança, no qual a mudança partidária é a variável *dummy* dependente, cujo valor é “1” para os municípios que apresentaram migração partidária do prefeito e “0” para os demais. Após serem estimados os parâmetros dos modelos *logit* e *logit* em painel, a cada município é atribuído um valor de probabilidade (*propensity score*) do município ser tratado.

De acordo com uma estrutura de dados em painel, podemos estimar a probabilidade de um prefeito mudar de partido de acordo com o seguinte modelo *logit*:

$$\begin{aligned} x_{i,t} = & \beta_1 colpres_{i,t} + \beta_2 colgov_{i,t} + \beta_3 esq_{i,t} + \beta_4 dir_{i,t} + \beta_5 out_{i,t} + \beta_6 pm_{i,t} \\ & + \beta_7 idade_{i,t} + \beta_8 sex_{i,t} + \beta_9 logpop_{i,t} + \beta_{10} propurb_{i,t} + \beta_{11} prop65m_{i,t} \\ & + dummiesdeestado + dummiesdeano + dummiesdeescolaridade + \varepsilon_{i,t} \end{aligned} \quad (1)$$

A variável $x_{i,t}$ é a *dummy* que assume valor “1” se prefeito do município i no ano t mudou de partido, $colpres_{i,t}$ e $colgov_{i,t}$ são *dummies* que captam se o partido do prefeito pertence a coligação do presidente ou do governador, respectivamente. Já as *dummies* $esq_{i,t}$, $dir_{i,t}$ e $out_{i,t}$ assumem valor “1” se a ideologia do partido do prefeito é de esquerda, ou direita, ou outros, conforme a classificação apresentada por Martins (2002). Nesse caso, para evitar multicolinearidade perfeita é omitido o agrupamento de *centro*, e essa escolha levou em conta o fato de ser este o agrupamento com maior número de prefeituras¹¹. A *dummy* $pm_{i,t}$ assume valor “1” se o prefeito do município está em seu primeiro mandato. Finalizando as características do candidato, a variável $idade_{i,t}$ se refere a idade do prefeito, ao passo que a *dummy* $sex_{i,t}$ assume valor “1” se o prefeito é homem, e “0” caso contrário. São também incluídos controles demográficos, como o logaritmo da população do município, a proporção de habitantes na zona urbana e a proporção de idosos no municípios, representados pelas variáveis $logpop_{i,t}$, $propurb_{i,t}$ e $prop65m_{i,t}$, respectivamente. Por fim, são incluídas *dummies* de estado, *dummies* de ano e *dummies* de escolaridade, optando-se neste caso por omitir a escolaridade mais frequente (superior completo).

Os resultados dos modelos *logit* estimados para a probabilidade de o prefeito do município mudar de partido durante o seu mandato são apresentados na Tabela 2. Foram testadas quatro especificações, em que os modelos (1) e (2) desconsideram a análise de dados em painel, enquanto que os modelos (3) e (4) suprem essa deficiência, mas com diferenças quanto a abordagem.

¹¹ Em cerca de 45% das prefeituras consideradas o prefeito pertence a um partido de centro, 32% em partidos de direita, 21% de esquerda e 2% outros.

Tabela 2 – Resultado das estimações do modelo de escolha binária

	(1) Logit	(2) OLS	(3) Logit, FE	(4) Logit, RE
Coligação do Presidente	-0.88*** (0.07)	-0.03*** (0.00)	-0.82*** (0.09)	-0.88*** (0.07)
Coligação do Governador	-0.68*** (0.05)	-0.02*** (0.00)	-0.69*** (0.06)	-0.68*** (0.05)
Esquerda	0.62*** (0.06)	0.02*** (0.00)	0.57*** (0.08)	0.62*** (0.06)
Direita	0.50*** (0.06)	0.02*** (0.00)	0.54*** (0.07)	0.50*** (0.06)
Outros	0.90*** (0.13)	0.04*** (0.01)	0.55*** (0.17)	0.90*** (0.13)
Primeiro Mandato	0.65*** (0.06)	0.02*** (0.00)	0.64*** (0.06)	0.65*** (0.06)
Idade	-0.01*** (0.00)	-0.00*** (0.00)	-0.01*** (0.00)	-0.01*** (0.00)
Sexo	0.08 (0.09)	0.00 (0.00)	0.06 (0.13)	0.08 (0.09)
Analfabeto	4.11** (1.99)	0.22** (0.09)	1.81 (2.57)	4.11** (1.99)
Lê e escreve	0.45*** (0.18)	0.02** (0.01)	0.30 (0.23)	0.45*** (0.18)
Fundamental Incompleto	0.28*** (0.08)	0.01*** (0.00)	0.37*** (0.12)	0.28*** (0.08)
Fundamental Completo	0.11 (0.09)	0.00 (0.00)	0.07 (0.13)	0.11 (0.09)
Médio Incompleto	0.13 (0.12)	0.00 (0.00)	0.16 (0.15)	0.13 (0.12)
Médio Completo	0.16*** (0.06)	0.00** (0.00)	0.21** (0.09)	0.16*** (0.06)
Superior Incompleto	0.07 (0.10)	0.00 (0.00)	0.15 (0.13)	0.07 (0.10)
Log da população	0.03 (0.03)	0.00 (0.00)	-0.39 (0.60)	0.03 (0.03)
Proporção com mais de 65 anos	3.30** (1.52)	0.09* (0.05)	4.29 (7.58)	3.30** (1.52)
Proporção em zona urbana	-0.21 (0.14)	-0.01 (0.00)	-0.58 (1.03)	-0.21 (0.14)
Ano2001	2.59*** (0.47)	0.01*** (0.00)	2.57*** (0.51)	2.59*** (0.47)
Ano2002	1.25** (0.51)	0.00 (0.00)	1.24** (0.55)	1.25** (0.51)
Ano2003	4.65*** (0.45)	0.10*** (0.00)	4.61*** (0.48)	4.65*** (0.45)
Ano2004	-0.11 (0.61)	-0.01*** (0.00)	-0.12 (0.63)	-0.11 (0.61)
Ano2005	2.46*** (0.46)	0.00 (0.00)	2.41*** (0.48)	2.46*** (0.46)
Ano2006	1.92*** (0.47)	-0.01 (0.00)	1.88*** (0.49)	1.92*** (0.47)
Ano2007	4.96*** (0.45)	0.16*** (0.00)	4.91*** (0.46)	4.96*** (0.45)
Ano2008	-1.47* (0.84)	-0.02*** (0.00)	-1.52* (0.84)	-1.47* (0.84)
Ano2009	0.10 (0.57)	-0.01*** (0.00)	0.10 (0.58)	0.10 (0.57)
Ano2010	-1.98* (1.10)	-0.01*** (0.00)	-1.98* (1.10)	-1.98* (1.10)
Ano2011	5.07*** (0.45)	0.12*** (0.00)	5.06*** (0.45)	5.07*** (0.45)
<i>Dummies</i> de estado	Sim	Sim	Não	Sim
N	59688	59688	22356	59688

Nota: ***, ** e * denotam significância ao nível de 1%, 5% e 10%, respectivamente. Valores entre parênteses representam o erro padrão.

Fonte: Própria elaboração.

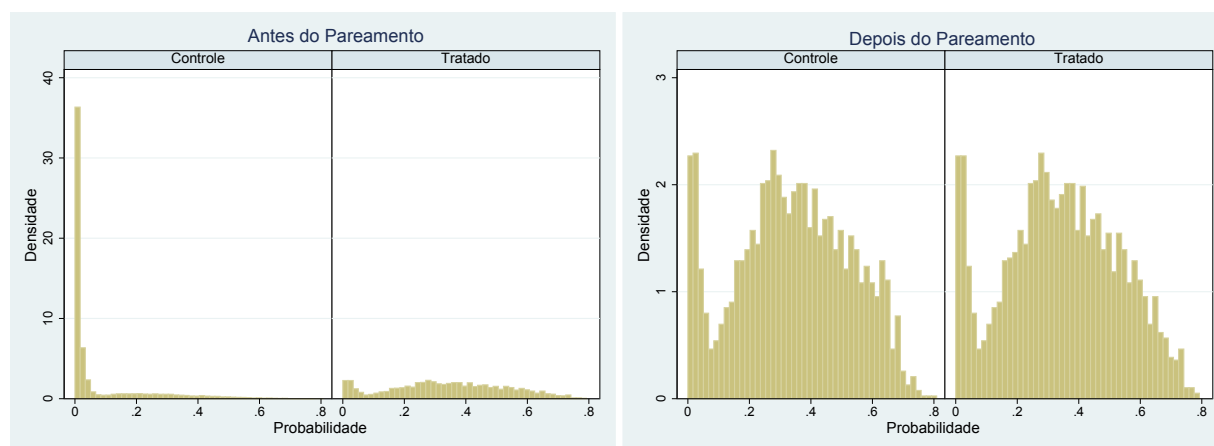
Os resultados apresentados na Tabela 2 corroboram aqueles que eram previstos pela análise descritiva dos dados empreendida na seção anterior. Em conformidade com o que é argumentado na literatura, a presença do prefeito a uma coligação em uma esfera superior de poder impacta significativa e negativamente a probabilidade do prefeito mudar de partido, sendo maior o efeito marginal da coligação do presidente (MELO, 2003; DESPOSATO, 2006). Quanto ao aspecto ideológico, o sinal positivo dos coeficientes apontam que os partidos de centro sofrem menos com a migração dos seus quadros, cuja hipótese aventada na seção anterior era a de que nesse agrupamento se encontram os maiores partidos. No extremo oposto, o agrupamento Outros, que é composto pelos menores partidos, dentre os agrupamentos ideológicos é aquele que apresenta o maior impacto positivo sobre a probabilidade de migrar. Outro resultado de destaque reside sobre a variável Primeiro Mandato, que confirma a expectativa apontada na Figura 6 de que os prefeitos em primeiro mandato migram mais que os prefeitos em segundo mandato, uma vez que, motivados pela ambição de reelegerem, os políticos buscam os partidos que ofereçam melhores condições para a consecução deste fim.

Quanto as características pessoais, a idade do prefeito teve impacto negativo sobre sua probabilidade de migrar, confirmando a hipótese de Reed e Scheiner (2003). Quanto a escolaridade, não há um padrão bem definido, mas todos os parâmetros foram positivos, embora nem todos significativos, indicando que os mais escolarizados, isto é, aqueles com ensino superior completo, migram menos que os demais. Finalizando as características pessoais do político, a variável sexo não impactou a probabilidade de o prefeito migrar de partido. Quanto as *dummies* de ano, como fora constatado na Figura 1, há um pico migratório nos anos que sucedem as eleições estaduais/federais e antecedem as eleições municipais, o que no período de análise corresponde aos anos de 2003, 2007 e 2011, que são precisamente aqueles anos onde o coeficiente positivo foi maior.

4.2 Segundo Estágio: Efeitos da Migração Partidária sobre os Migrantes

Com os parâmetros obtidos pelo modelo *logit* foi calculado o *propensity score* de cada município em cada ano e, na sequência, foi realizado o pareamento entre os municípios com migração e aqueles que não passaram por esse tratamento. O método de pareamento utilizado foi o *nearest-neighbor* sem reposição e, além disso, o controle encontrado foi obtido no mesmo ano que o tratamento afetou o município tratado. Pela Figura 7 é possível verificar a distribuição dos *propensity score* antes e depois do pareamento, e então perceber que após o mesmo os dois grupos tornam-se bastante semelhantes, ao contrário do que ocorria anteriormente, permitindo uma inspeção visual da validade da hipótese de suporte comum.

Figura 7 – Histograma do *propensity score* - controle e tratamento



Uma vez realizado o pareamento dos grupos de tratamento e controle, passemos a verificação do efeito que a migração partidária tem sobre as probabilidades do político tentar a reeleição na eleição seguinte, o que será denominado reapresentação, e sobre a probabilidade de reeleição dos prefeitos. Para tanto foi

calculado um modelo *logit* condicionado a amostra pareada, sendo utilizados os quatro casos possíveis de migração como variáveis explicativas chave: migração de fora da base para dentro da base, de dentro para fora, de fora para fora e de dentro para dentro. Para as regressões estimadas foi utilizado o modelo de *efeitos aleatórios* por dois motivos básicos: primeiro, o modelo de efeitos fixos ignora a variação *between*, isto é, entre municípios, que é relevante para o presente trabalho e, em segundo lugar, o modelo de efeitos fixos, ao eliminar os termos invariantes no tempo, reduz substancialmente o número de observações na amostra pareada, comprometendo a significância dos parâmetros a serem estimados. Os resultados obtidos são apresentados na Tabela 3.

Nas regressões (1) a (4) a variável dependente é *reapresentação*, que é a chance do político tentar novamente uma candidatura à prefeitura, ao passo que de (5) a (8) a variável dependente é a *reeleição*, que é a chance do político vencer a eleição seguinte, dado que ele se reapresentou. Nas regressões (1), (2), (5) e (6) a amostra utilizada não está pareada, ao passo que em (3), (4), (7) e (8) elas estão. Por fim, as regressões ímpares utilizam como variável dependente a migração para a base do governo estadual, enquanto que as pares utilizam a base do governo federal. Desse modo, o grupo de referência, omitido na regressão, é o dos não migrantes. Por exemplo, se o prefeito migra de um partido que não está na base do governo do seu estado para um partido que está, a variável "*de fora para dentro da base estadual*" recebe valor "1", e "0" caso contrário. A mesma lógica se aplica para as demais possibilidades.

Tabela 3 – Resultado das estimações para o efeito da migração sobre o migrante

	Reapresentação				Reeleição			
	(1) Base Estadual	(2) Base Federal	(3) Base Estadual Pareado	(4) Base Federal Pareado	(5) Base Estadual	(6) Base Federal	(7) Base Estadual Pareado	(8) Base Federal Pareado
De fora para dentro da base estadual	0.61*** (0.07)		0.19** (0.09)		0.01 (0.09)		-0.22** (0.11)	
De dentro para fora da base estadual	0.58*** (0.10)		0.13 (0.11)		-0.08 (0.13)		-0.26* (0.15)	
De fora para fora da base estadual	0.47*** (0.08)		0.04 (0.09)		-0.22** (0.11)		-0.43*** (0.12)	
De dentro para dentro da base estadual	0.45*** (0.11)		0.06 (0.12)		-0.18 (0.15)		-0.38** (0.16)	
De fora para dentro da base federal		0.54*** (0.15)		0.13 (0.16)		0.18 (0.20)		-0.00 (0.21)
De dentro para fora da base federal		0.73*** (0.13)		0.31** (0.14)		-0.10 (0.16)		-0.24 (0.18)
De fora para fora da base federal		0.48*** (0.05)		0.06 (0.07)		-0.13* (0.07)		-0.35*** (0.09)
De dentro para dentro da base federal		1.10*** (0.24)		0.64*** (0.25)		-0.18 (0.27)		-0.31 (0.28)
Log da população	0.01 (0.01)	0.01 (0.01)	0.04 (0.03)	0.04 (0.03)	-0.08*** (0.02)	-0.08*** (0.02)	-0.00 (0.04)	-0.00 (0.04)
Proporção abaixo dos 14 anos	-0.53 (0.34)	-0.54 (0.34)	0.02 (0.64)	-0.06 (0.64)	-1.26** (0.50)	-1.26** (0.50)	-1.47* (0.83)	-1.54* (0.83)
Ano de 2004	-0.03 (0.04)	-0.02 (0.04)	-0.32*** (0.09)	-0.26*** (0.09)	0.11* (0.07)	0.12* (0.07)	0.16 (0.12)	0.19 (0.12)
Ano de 2008	0.54*** (0.04)	0.57*** (0.04)	0.54*** (0.08)	0.62*** (0.08)	0.55*** (0.06)	0.56*** (0.06)	0.69*** (0.10)	0.74*** (0.11)
N	14922	14922	4541	4541	7259	7259	2704	2704

Nota: ***, ** e * denotam significância ao nível de 1%, 5% e 10%, respectivamente. Valores entre parênteses representam o erro padrão.

Fonte: Própria elaboração.

As regressões não pareadas (1) e (2) indicam que a migração tem efeito positivo sobre a chance de reapresentação do candidato, em sintonia com a hipótese de Kerevel (2017) e com os resultados obtidos por Schmitt (1999) para os parlamentares brasileiros. Tal resultado também está de acordo com os dados coletados, que apontam que os migrantes se reapresentam na eleição seguinte em 77,94% dos casos, enquanto que os não migrantes se reapresentam em 76,62% das vezes. As regressões (3) e (4), onde os municípios estão pareados, confirmam que a reapresentação é maior entre os migrantes, mas só há significância estatística em alguns casos. Em (3) é possível notar que apenas no caso em que o prefeito migra de um partido que não está na base do governo do estado para um que está é que as chances de reapresentação aumentam significativamente¹². Já em (4) os resultados apontam que um aumento estatisticamente significativo nas chances de

¹² Os dados apontam que, dentre os migrantes, a taxa de reapresentação dos que vem de fora da base para dentro da base é de

reeleição ocorrem nos casos em que os prefeitos saem dos partidos que formam a base do governo federal.

Quanto as chances de reeleição, a análise descritiva aponta que entre os migrantes o percentual dos que conseguem reeleição, uma vez que tenham se reapresentado na eleição seguinte, é de 58,30%, enquanto que para os não migrantes essa taxa é de 66,85%. Esse resultado também fora encontrado no Brasil por Schmitt (1999), e com os trabalhos internacionais de Grose e Yoshinaka (2003) e Kerevel (2017). As regressões não pareadas não apresentam um padrão muito bem definido, ao contrário do que ocorre na amostra pareada. Em (7) é possível notar que a probabilidade de reeleição é menor entre os migrantes, mas com diferenças entre os tipos de migrantes. Por exemplo, aqueles que migram de fora da base do governo para dentro da base tem chance de reeleição inferior em comparação com aqueles prefeitos que não migram, mas dentre os migrantes é o que está em melhor situação. Tal resultado está em sintonia com a análise dos dados, que informam que a taxa de reeleição entre os que migram de fora da base para dentro da base é de 62,30%, acima da taxa média dos migrantes que é de 58,30%. Por outro lado, o pior resultado foi obtido entre aqueles que migram entre partidos que estão fora da base governista, com uma taxa de reeleição de 54,36%. A regressão (8) também indica que os migrantes tem menor chance de reeleição, mas com significância estatística apenas para o caso dos que migram entre partidos fora da base do governo federal. Em resumo, os dados e as regressões estimadas apontam que os migrantes tem maior chance de tentarem uma reeleição, mas uma menor chance de se reelegerem, sendo que, dentre os migrantes, os melhores desempenhos para ambas as variáveis dependentes se encontram entre aqueles que migram de um partido de fora da base do governo estadual para um partido que esteja dentro dessa base.

5 Considerações Finais

Um traço marcante na política brasileira é a baixa fidelidade dos políticos com seus partidos, sendo raros os casos em que tais agentes fazem carreira em uma única legenda. Tal hábito é fruto tanto de uma legislação permissiva como também de um comportamento maximizador dos políticos e partidos envolvidos na troca. Este artigo se propôs a investigar empiricamente os determinantes da migração partidária entre os prefeitos brasileiros, algo ainda não explorado pela literatura. A hipótese levantada e testada empiricamente é a de que os políticos agem racionalmente ao mudarem de partido e, desse modo, buscam aqueles que maximizem suas chances de conseguirem se reeleger no pleito seguinte. Assim sendo, o movimento migratório afligiria menos os partidos coligados com governos na esfera estadual e federal, uma vez que estes teriam melhores condições de auxiliarem os prefeitos em sua tentativa de reeleição. Em um segundo momento, buscou-se verificar os efeitos da migração partidária sobre o prefeito migrante, tanto em relação a sua chance de concorrer a uma eleição, como de efetivamente vencê-la.

Para essa investigação, foi utilizada uma amostra com dados com informações eleitorais e pessoais dos prefeitos de 4974 municípios entre os anos de 2001 e 2012, o que engloba três eleições: 2000, 2004 e 2008. Foram utilizados modelos de escolha binária em painel para verificar os determinantes da migração partidária e, a partir dos parâmetros obtidos nesse modelo, foi calculado o *propensity score* de cada município em cada ano e, na sequência, foi realizado o pareamento entre os municípios com migração e aqueles que não passaram por esse tratamento. Uma vez pareadas as amostras, foi avaliado em um modelo de escolha binária o impacto que a migração teve sobre a probabilidade de reapresentação e reeleição dos prefeitos.

Os resultados encontrados corroboram os dados que foram previstos pela análise descritiva. Cerca de 90% das migrações partidárias se concentram nos anos entre as eleições estaduais/federais e as municipais (anos de 2003, 2007 e 2011), sendo portanto um reflexo do rearranjo das forças políticas no âmbito federal e estadual, tendo como objetivo um melhor posicionamento para as próximas eleições municipais. Em conformidade com a revisão de literatura, a presença do prefeito a uma coligação em uma esfera superior de poder impacta significativa e negativamente a probabilidade do prefeito mudar de partido, sendo maior o efeito marginal da coligação do presidente. No aspecto ideológico, os partidos de centro sofrem menos com a migração partidária, o que ocorre pelo fato de que nesse espectro concentram-se os maiores partidos,

79,83%, acima da média dos demais migrantes.

que estatisticamente são menos impactados pela migração de seus quadros. Outro resultado de destaque reside sobre a variável primeiro mandato, que aponta que os políticos em primeiro mandato migram mais, uma vez que, motivados pela ambição de se reelegerem, buscam partidos que ofereçam melhores condições para a consecução deste fim.

Por fim, foi avaliado o impacto da migração sobre os políticos migrantes. Tanto a análise descritiva dos dados como os resultados econométricos apontam que os políticos migrantes tem maior probabilidade de conseguirem disputar a eleição seguinte, sendo flagrantemente maior a chance entre aqueles que migram de partidos de fora da base do governo estadual rumo a um partido coligado ao governo estadual. Por outro lado, os impactos sobre a chance de reeleição são adversos para o migrante, sendo atenuada para o caso do prefeito migrar de fora para dentro de um partido coligado a uma esfera superior de poder, e agravado para o caso do político migrar para um partido que esteja fora de uma coligação estadual ou federal. Tal impacto sobre a chance de reeleição compromete a eficácia da migração como uma ferramenta útil na busca dos políticos maximizarem suas chances de sucesso político.

Referências

- ACOSTA, A. M. Ghost coalitions: economic reforms, fragmented legislatures and informal institutions in ecuador (1979-2002). *Ghost Coalitions: Economic Reforms, Fragmented Legislatures and Informal Institutions in Ecuador (1979-2002)*, Notre Dame University, 2004.
- ARAÚJO, M. *Mudança partidária. A evolução das migrações partidárias na Câmara dos Deputados: 1979/1999. 2000*. Tese (Doutorado) — Dissertação (Mestrado)-Universidade de São Paulo. São Paulo: 2000,[Links], 2000.
- BRASIL, T. S. E. Resolução nº 22.610. *Brasília: Senado Federal*, 2007.
- CASTLE, D.; FETT, P. J. Member goals and party switching in the us congress. In: UNIVERSITY OF MICHIGAN PRESS ANN ARBOR, MI. *Congress on display, Congress at work*. [S.l.], 2000. v. 200, p. 231.
- DAMIN, C. J. Migração partidária na câmara dos deputados em 2013. *Periódico de Opinião Pública e Conjuntura Política*, Ano VII, n. I, p. 33–49, 2015.
- DESPOSATO, S. Party switching in brazil: Causes, effects, and representation. In: *Political Parties and Legislative Party Switching*. [S.l.]: Springer, 2009. p. 109–144.
- DESPOSATO, S. W. Parties for rent? ambition, ideology, and party switching in brazil's chamber of deputies. *American Journal of Political Science*, Wiley Online Library, v. 50, n. 1, p. 62–80, 2006.
- DINIZ, S. As migrações partidárias e o calendário eleitoral. *Revista de Sociologia e Política*, SciELO Brasil, v. 15, p. 31–47, 2000.
- FERNANDES, J. L. M.; FAGANELLO, M. A. Notas sobre a migração partidária nos municípios brasileiros. *newsletter*, v. 3, n. 7, 2016.
- FREITAS, A. Migração partidária na câmara dos deputados de 1987 a 2009. *Revista Dados*, v. 55, n. 4, 2012.
- FREITAS, A. M. d. *Migração partidária na Câmara dos Deputados*. Tese (Doutorado) — Universidade de São Paulo, 2008.
- GROSE, C. R.; YOSHINAKA, A. The electoral consequences of party switching by incumbent members of congress, 1947–2000. *Legislative Studies Quarterly*, Wiley Online Library, v. 28, n. 1, p. 55–75, 2003.
- HELLER, W. B.; MERSHON, C. Party switching in the italian chamber of deputies, 1996–2001. *Journal of Politics*, Wiley Online Library, v. 67, n. 2, p. 536–559, 2005.
- JÚNIOR, O. B. de L. *Democracia e Instituições políticas no Brasil dos anos 80: Olavo Brasil de Lima Júnior*. [S.l.]: Edições Loyola, 1993. v. 9.
- KATO, J.; YAMAMOTO, K. Competition for power: Party switching as a means for changing party systems in japan. In: . [S.l.: s.n.], 2005.
- KEREVEL, Y. P. The costs and benefits of party switching in mexico. *Latin American Politics and Society*, Wiley Online Library, v. 59, n. 1, p. 28–51, 2017.
- KING, G.; BENJAMIN, G. The stability of party identification among us representatives: Political loyalty, 1789-1984. In: *annual meeting of the Midwest Political Science Association, Chicago, IL*. [S.l.: s.n.], 1986.

- MACIEL, E. C. B. d. A. Fidelidade partidária: um panorama institucional. *Textos para Discussão*, Consultoria Legislativa do Senado Federal Brasília, v. 9, 2004.
- MAINWARING, S. Politicians, parties, and electoral systems: Brazil in comparative perspective. *Comparative Politics*, JSTOR, v. 24, n. 1, p. 21–43, 1991.
- MARTINS, L. R. Partidos, ideologia e composição social. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, 2002.
- MCKEE, S. C.; YOSHINAKA, A. Late to the parade: Party switchers in contemporary us southern legislatures. *Party Politics*, SAGE Publications Sage UK: London, England, v. 21, n. 6, p. 957–969, 2015.
- MCLAUGHLIN, E. Electoral regimes and party-switching: Floor-crossing in south africa's local legislatures. *Party Politics*, Sage Publications Sage UK: London, England, v. 18, n. 4, p. 563–579, 2012.
- MELO, C. Migração partidária, estratégias de sobrevivência política e governismo na câmara dos deputados. *O sistema partidário na consolidação da democracia brasileira*. Brasília: Instituto Teotônio Vilela.[Links], 2003.
- MELO, C. R. *Retirando as cadeiras do lugar: migração partidária na Câmara dos Deputados, 1985-2002*. [S.l.]: Editora UFMG, 2004.
- MELO, C. R. F. de. *Partidos e migração partidária na Câmara dos Deputados*. [S.l.]: Red Dados, 2000.
- MERSHON, C. Legislative party switching. *The Oxford Handbook of Legislative Studies*, OUP Oxford, p. 418, 2014.
- MERSHON, C.; SHVETSOVA, O. Parliamentary cycles and party switching in legislatures. *Comparative Political Studies*, Sage Publications Sage CA: Los Angeles, CA, v. 41, n. 1, p. 99–127, 2008.
- MÜLLER, W. C.; STRØM, K. *Policy, office, or votes?: how political parties in Western Europe make hard decisions*. [S.l.]: Cambridge University Press, 1999.
- NICOLAU, J. M. *Multipartidarismo e democracia: um estudo sobre o sistema partidário brasileiro, 1985-4*. [S.l.]: Fundac~ ao Getulio Vargas Editora, 1996.
- REED, S. R.; SCHEINER, E. Electoral incentives and policy preferences: mixed motives behind party defections in japan. *British Journal of Political Science*, Cambridge Univ Press, v. 33, n. 03, p. 469–490, 2003.
- ROMA, C. Os efeitos da migração interpartidária na conduta parlamentar. *Dados rev. ciênc. sociais*, v. 50, n. 2, p. 351–392, 2007.
- SANTOS, A. M. dos. *Sedimentação de lealdades partidárias no Brasil: tendências e descompassos*. [S.l.]: SciELO Brasil, 2000.
- SCHMITT, R. Migração partidária e reeleição na câmara dos deputados. *Novos Estudos Cebrap*, v. 54, n. 1, p. 127–146, 1999.
- SOUZA, C. et al. Mudanças entre partidos na câmara dos deputados: Sazonalidade e o impacto da fidelidade partidária. *E-Legis-Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação da Câmara dos Deputados*, v. 16, n. 16, p. 56–78, 2015.
- STRØM, K. A behavioral theory of competitive political parties. *American journal of political science*, JSTOR, p. 565–598, 1990.

YOSHINAKA, A. House party switchers and committee assignments: Who gets “what, when, how?”. *Legislative Studies Quarterly*, Wiley Online Library, v. 30, n. 3, p. 391–406, 2005.

YOUNG, D. J. An initial look into party switching in africa: Evidence from malawi. *Party Politics*, Sage Publications Sage UK: London, England, v. 20, n. 1, p. 105–115, 2014.

ZIELINSKI, J.; SLOMCZYNSKI, K. M.; SHABAD, G. Electoral control in new democracies: The perverse incentives of fluid party systems. *World Politics*, Cambridge Univ Press, v. 57, n. 03, p. 365–395, 2005.